



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

O papel do planeamento de cobertura na produção da notícia

CICÉLIA PINCER BATISTA

Universidade Presbiteriana Mackenzie PUC/SP ~ cicelia@mackenzie.com.br



Resumo:

Pouco abordado nos estudos de jornalismo, o planeamento de cobertura consiste num processo de organização que envolve tanto os recursos técnicos e materiais quanto os critérios profissionais de noticiabilidade que nortearão a produção jornalística. A partir de um diálogo entre os estudos de Gaye Tuchman sobre a rotinização da produção, e sua relação com a construção de um saber de procedimento, e a noção de comunidade jornalística, desenvolvida por Barbie Zelizer, busca-se, no texto que se propõe, analisar a relação entre o planeamento de cobertura e a produção da notícia, a partir do pressuposto de que - ao orientar desde a seleção das pautas, a escolha e hierarquização das fontes, até o tratamento dado aos temas - este processo de organização se torna um elemento fundamental na construção da realidade social operada no/pelo jornalismo. Para tanto, são considerados os processos de preparação de quatro veículos de comunicação brasileiros para a cobertura dos jogos Panamericanos a serem realizados no Rio de Janeiro em julho de 2007. Foram selecionados: a rede Globo de Televisão, líder em audiência no País e com intensos investimentos tecnológicos e em produção jornalística, o portal UOL, um dos portais brasileiros de maior acesso e com ampla cobertura jornalística e esportiva, a Rádio Eldorado AM, uma das mais tradicionais emissoras radiofônicas na cobertura jornalística esportiva, e o jornal Lance!, maior diário esportivo brasileiro. A relação entre as infra-estruturas de produção jornalística disponibilizada pela organização do evento e pelos veículos selecionados; o estilo de planeamento de cada veículo; o tempo, os recursos materiais e financeiros; os processos envolvidos na preparação e aprimoramento dos profissionais; a relação entre linha editorial e público-alvo do veículo e o enquadramento dado aos temas; e a constituição da rede noticiosa envolvida na cobertura do evento foram alguns dos critérios considerados na análise. Ao trabalhar com os quatro suportes tecnológicos, tem-se em vista também a necessidade de se entender como as características específicas de cada um deles são consideradas no processo de planeamento da cobertura jornalística, além de compreender o diálogo e interação entre mídias que marcam o jornalismo contemporâneo.

Palavras-chave:

Planeamento, cobertura jornalística, rotina de produção

Introdução

Eleições Presidenciais de 2006, visita do Papa Bento XVI ao Brasil e Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, em 2007. Todos estes acontecimentos, pertinentes a distintos campos sociais - política, religião e esporte -, têm em comum, além da relevância social incontestável e também por causa dela, uma intensa mobilização de cobertura jornalística por parte da mídia brasileira, a qual requereu um processo de planeamento prévio que chegou mesmo a fazer parte da pauta de notícias

de muitos veículos. A Rede Globo, por exemplo, frequentemente veicula matérias sobre os procedimentos e atividades que integram o planejamento de cobertura dos grandes eventos que noticia.

O fato de a maior emissora de televisão do País inserir na sua agenda de temas noticiáveis a organização e planejamento da cobertura, numa espécie de meta-discurso jornalístico, parece-nos indicar a importância dessa etapa da produção da notícia que, não obstante, permanece pouco abordada nos estudos e análises sobre o jornalismo contemporâneo.

O planejamento de cobertura consiste num processo de organização que envolve tanto os recursos técnicos e materiais quanto os critérios profissionais de noticiabilidade que nortearão a produção jornalística. Pressupõe, portanto, uma interação entre a base tecnológica e os recursos financeiros disponíveis à organização jornalística, a linha editorial do veículo – que, por sua vez, orienta desde o enquadramento até a hierarquia de informações e de fontes –, o conhecimento e preparação dos profissionais a participarem direta e indiretamente na cobertura, e os demais atores sociais envolvidos no acontecimento.

Entende-se, assim, que esse processo de organização estabelece condições fundamentais para a produção da notícia, a qual é resultante de uma série de negociações entre os vários agentes sociais nela implicados – como abordado na perspectiva da notícia como construção social da realidade. Com o intuito de levantar apontamentos para discutir as relações entre o planejamento de cobertura e a produção da notícia, considera-se, no presente texto, a preparação de quatro veículos de comunicação brasileiros para a cobertura dos jogos Panamericanos, a serem realizados no Rio de Janeiro no período de 13 a 29 de julho de 2007.

Versão continental das Olimpíadas, às quais antecedem em um ano, o jogos Panamericanos (Pan) são realizados de quatro em quatro anos com o objetivo de promover os esportes amadores nas três Américas e no Caribe, além de contribuir para a sua integração. A 15ª edição dos Jogos, sediada na cidade do Rio de Janeiro, deverá reunir cerca de 5.500 atletas de 42 países, na disputa de 28 modalidades esportivas. De acordo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Co-Rio - comitê organizador do evento-, estima-se que mais de 46 mil pessoas estejam envolvidas na organização dos jogos¹.

A preparação para os jogos envolve a construção de uma Vila Olímpica, na Barra da Tijuca, além de várias obras de reforma e adequação dos equipamentos e instalações esportivos já existentes nos vários locais onde se realizarão as competições. A organização inclui ainda a instalação de uma infra-estrutura de atendimento à imprensa, com a instalação de dois centros principais, o *International Broadcasting Center* e o *Main Press Center*, com capacidade de atendimento de 560 pessoas simultaneamente, além de um centro de mídia em cada um dos dezesseis locais que aglutinarão as principais competições esportivas.

Antes mesmo de sua realização, os jogos já estão inseridos na pauta do jornalismo brasileiro: os problemas com o orçamento previsto – de aproximadamente R\$ 409 milhões em 2002, quando o Brasil conquistou o direito de sediar os jogos, para R\$ R\$3,2 bilhões no início de 2007 -; o atraso nas obras de construção da Vila Olímpica e de reforma e adequação das instalações esportivas já existentes; dúvidas sobre a capacidade de organização do Rio de Janeiro; e os já conhecidos problemas de segurança que assolam a Cidade do Rio, decorrentes, sobretudo, da chamada guerra do narcotráfico, são alguns dos principais eixos temáticos que a nortear a cobertura jornalística brasileira ao Pan, nesse período que o antecede.

Simultaneamente a essa tematização prévia, os grandes veículos de comunicação nacionais se mobilizam na organização e planejamento da cobertura a ser feita durante a realização dos jogos.

¹ Informações constantes no sítio oficial dos jogos. Disponível em <http://www.rio2007.org.br>. Acessado em 15/06/2007.

Para a discussão proposta neste texto foram considerados os processos de preparação de quatro veículos, a saber: a rede Globo de Televisão, líder em audiência no País e com intensos investimentos tecnológicos e em produção jornalística; o portal de internet Universo On Line (UOL), um dos portais brasileiros de maior acesso e com ampla cobertura jornalística e esportiva; a Rádio Eldorado AM, uma das mais tradicionais emissoras radiofônicas na cobertura jornalística esportiva; e o jornal Lance!, maior diário esportivo brasileiro².

Ao analisar a importância da rotina, como mecanismo de controle e profissionalismo, na produção da notícia, Blumer e Gurevitch, citados por Traquina (2001:74), destacam a natureza bifacetada do trabalho jornalístico, ressaltando a “tensão constante entre o caos e a ordem, a incerteza e a rotina, a criatividade e o constrangimento, a liberdade e o controle”. Dessa tensão decorreria, para os autores, a definição de um padrão que orienta todas as etapas e processos implicados na produção da notícia e que expressa a necessidade de convenções bem estabelecidas - como a instituição de uma rotina fortemente organizada, a obrigação de respeitar normas estabelecidas externamente, o trabalho de promoção e hierarquização das fontes, os critérios ligados às narrativas específicas de cada meio/tecnologia de comunicação e o conceito de “boa estória” – como condição essencial do fazer jornalístico.

Este padrão pode explicar também porque a empresa jornalística tenta planejar o futuro “através do serviço de agenda que elabora a lista de acontecimentos previstos, permitindo assim a organização do seu próprio trabalho com certa antecedência.” (idem: 63).

O Planejamento na perspectiva da Notícia como Construção Social:

A perspectiva da notícia como construção entende o jornalismo como resultado de processos complexos de interação entre diversos atores sociais cujos papéis encontram-se institucionalizados e legitimados. A institucionalização e legitimação, por sua vez, requerem alguns mecanismos fundamentais como a constituição de uma rotina de trabalho, de um saber de procedimento e de uma comunidade profissional que permitem ao jornalista maior eficácia e domínio no seu trabalho.

A análise da relação entre estes mecanismos e o planejamento de cobertura pode ser compreendida quando se consideram elementos fundamentais da produção da notícia como a relação entre as infra-estruturas de produção jornalística disponibilizada pela organização do evento e pelos veículos; o ordenamento do tempo e do espaço; o estilo de planejamento e os recursos de cada veículo; a preparação dos profissionais; a relação entre linha editorial e público-alvo do veículo e o enquadramento dado aos temas; e a constituição da rede noticiosa.

Interação entre as infra-estruturas disponibilizadas pelo promotor do evento e pela empresa jornalística:

O primeiro aspecto a ser destacado com relação ao planejamento de cobertura diz respeito à necessária interação entre os recursos tecnológicos e materiais, disponibilizados tanto pelos promotores do evento quanto pela empresa jornalística, e o tratamento editorial a ser dado ao evento/acontecimento, ou, como designam os próprios profissionais, a relação entre planejamento logístico e planejamento editorial. No caso dos jogos Panamericanos, o planejamento logístico, por

² As informações sobre a preparação destes quatro veículos para a cobertura dos Jogos Panamericanos integram o Trabalho de Graduação Interdisciplinar “Maratona da Imprensa – A mídia por trás do Pan”, um documentário jornalístico em rádio produzido pelos alunos Caroline Tamassia, Fernanda Sampaio, Henrique Carvalho e Tatianna de Souza, do Curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no primeiro semestre de 2007, sob a minha orientação. O recurso metodológico utilizado para a obtenção das informações foi a realização de entrevistas não diretas com os editores de esporte e repórteres dos veículos selecionados e com alguns outros jornalistas com larga experiência na cobertura esportiva. Cf. Tamassia et al. (2007). *Maratona da Imprensa – A mídia por trás do Pan* – Relatório de Trabalho de Graduação Interdisciplinar. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

parte da organização do evento, envolve questões como serviços de transporte oferecido a atletas e jornalistas credenciados; regras de credenciamento; relação entre direitos de transmissão e número de credenciais disponibilizadas; estrutura tecnológica e condições de acesso aos centros de transmissão e de imprensa, dentre outros.

O credenciamento e os direitos de transmissão tornaram-se questões cruciais para a cobertura jornalística dos jogos. Uma empresa contratada pela organização do evento para fazer a cobertura dos jogos detém os direitos de transmissão, o que significa, por parte das empresas jornalísticas, uma série de regras a serem respeitadas e a necessidade de compra desses direitos. O editor de esportes da Rádio Eldorado, Ari Pereira Júnior, aponta as implicações dessa situação: “Algumas ações da cobertura estão vinculadas a essa compra do direito de transmissão e que vão depender, portanto, do plano comercial da empresa” (citado por Tamassia et al., 2007:51).

Por parte das empresas jornalísticas, o planejamento logístico implica estrutura e acesso à tecnologia de produção, disponibilidade dos recursos financeiros disponíveis para a cobertura e que definirão a quantidade de equipes, suas condições, possibilidades e áreas de atuação – quem fica redação e ou Centros de Imprensa e quem cobre qual ou quais dos locais e competições – hospedagem, alimentação e deslocamento das equipes. “Quando se almeja uma cobertura de qualidade, nenhum detalhe pode passar despercebido. O repórter não pode ficar preocupado com serviço de lavanderia ou de alimentação no hotel, por exemplo. Da mesma forma é inconcebível que seja o profissional a se desdobrar para garantir o acesso à tecnologia de transmissão de informações, seja ela qual for. Todas essas coisas já deverão estar previamente definidas” (Fellipe citado por Tamassia et al.: 23)

O planejamento logístico não resulta apenas de uma negociação entre editores-chefes, profissionais da administração das empresas e responsáveis pela organização do evento; ele exige o envolvimento de profissionais de outras áreas, como de engenharia de telecomunicações, por exemplo, para avaliar as condições de transmissão de sinais de rádio e TV. Todo este trabalho antecede e condiciona o planejamento editorial, quando se dá a definição das pautas e a definição das funções de cada membro da equipe, com especial destaque para os produtores, no caso da televisão. Como explica o editor de esportes da Rede Globo, João Barbosa: “A empresa contratada avisa às demais emissoras sobre quais competições serão transmitidas ao vivo. Por exemplo, eles avisam que vão transmitir oito esportes e dentre eles não está o iatismo, que interessa muito ao Brasil porque as chances de competidores brasileiros ganharem medalhas são muito fortes. Então, nós vamos precisar montar uma estrutura própria e negociar não só a transmissão, mas a possibilidade de compartilhar sinal. A partir dessas possibilidades de transmissão é que se pode discutir a pauta das notícias sobre os jogos. É tudo um acordo.” (ibidem: 47).

Instituição de ordem no espaço e no tempo:

Outro fator a ser considerado no planejamento – tanto o logístico quanto o editorial – é a necessidade de ordenamento espaço-temporal da cobertura. Para Tuchman (1978), as próprias condições que marcam o cotidiano do fazer jornalístico – sobretudo a imprevisibilidade dos acontecimentos, a notícia como valor e a tirania do fecho – impõem às empresas jornalísticas a necessidade de estabelecer ordem no tempo e no espaço.

A ordem no espaço dá-se, principalmente, por meio da distribuição espacial da rede noticiosa e ancorada em três estratégias fundamentais: a territorialidade geográfica (divisão do espaço em áreas de responsabilidade social); a especialização organizacional (repórteres setoriais que cobrem certas organizações) e especialização temática (editorias). No caso dos jogos Panamericanos, essa organização espacial começa pelas questões concernentes à localização e deslocamento dos profissionais entre hotéis, Centros de Imprensa e os locais de realização dos jogos espalhados por

várias regiões da cidade do Rio de Janeiro, abrangendo ainda a distribuição das equipes por estes locais e a organização da cobertura por editorias.

A cobertura de um evento como o PAN envolve não só os jornalistas que habitualmente cobrem esportes, mas toda a estrutura jornalística da emissora/veículo. O esporte tem dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais, históricas que mobilizam a cobertura para além da competição. A repórter Heleni Felliipe, do jornal O Estado de S. Paulo, exemplifica: “Os jogos envolvem coberturas que não são necessariamente da área de esportes você tem a presença de presidentes e ministros de Estado, de autoridades internacionais, mobilizando a editoria de política. Você tem o aumento do fluxo de turistas e de movimentação do comércio, gerando mais renda; o que é pauta certa para a editoria de economia e assim por diante”. (citado por Tamassia et al., op. cit.: 30).

Quanto à ordem no tempo, Tuchman (1978.) destaca que as empresas jornalísticas tentam criar uma estrutura de organização do tempo que lhes permita concluir o seu trabalho diário; priorizando assim a cobertura de acontecimentos que se desenrolam durante as horas normais de trabalho. Além disso, a exposição midiática tornou-se tão fundamental para a legitimidade e para visibilidade social das ações dos agentes sociais, e para os acontecimentos, que a temporalidade dos mídias, muitas vezes, se sobrepõe a outras dimensões das temporalidades social e cotidiana, de tal modo que acaba por condicioná-las. Assim, é muito comum, por exemplo, que o estabelecimento da agenda de competições se faça num diálogo estreito com a agenda dos veículos, sobretudo os televisivos. No caso específico dos jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, o planejamento temporal da cobertura resulta de uma negociação entre a agenda diária de produção e veiculação das notícias em cada meio e a agenda oficial de realização das competições, estabelecida pelos promotores do evento. Torna-se compreensível, portanto, o porquê de todos os veículos considerados nessa análise tenham começado a construir a sua cobertura com, no mínimo, seis meses de antecedência à realização do evento.

O estilo de planejamento, os recursos de cada veículo e o tratamento dado ao tema:

O planejamento de cobertura é responsabilidade das chefias de redação que trabalham em sintonia com os administradores da organização jornalística na definição dos recursos materiais e financeiros a serem disponibilizados para a produção de notícias sobre o evento/acontecimento. Tal fato evidencia a predominância do centro de produção noticiosa, que dá instruções e orienta a cobertura em função dos requisitos do produto a construir e das normas estabelecidas, isto é, consoante às necessidades de acontecimentos dos jornalistas, mas também ao orçamento da empresa.

A partir das condições definidas pelo centro determinam-se, por exemplo, o número, tamanho e distribuição espacial de profissionais e equipamentos a serem deslocadas para a cobertura; a utilização em maior ou menor escala de serviços de agências de notícias; as possibilidades de entrada ao vivo – no caso das emissoras de televisão. No caso dos jogos Panamericanos, acrescentem-se ainda as condições de credenciamento, também já trabalhadas neste texto.

A Rede Globo, que começou a preparação para a cobertura do Pan em março de 2006, deverá contar com 38 equipes de profissionais – compostas basicamente por repórteres, operadores e assistentes de câmera – na produção de notícias sobre o evento. De acordo com o editor de esportes da emissora, João Barbosa (citado por Tamassia et al., 2007), o trabalho de planejamento envolve desde a saída dos carros, os equipamentos necessários para a cobertura em cada local, quantas unidades com links para transmissões ao vivo; até quais jogos e competições utilizarão a cabine de transmissão. A emissora prioriza uma abordagem social do esporte, mas sem prescindir de uma dimensão de espetáculo claramente assumida pelo editor de esporte.

O Jornal esportivo Lance! começou seu processo de planejamento com seis meses de antecedência e deverá mobilizar 20 equipes na cobertura dos jogos; sendo quatro de São Paulo e dezesseis do Rio de Janeiro – o diário tem uma edição para cada um destes dois estados brasileiros. Essa distribuição geográfica das equipes teve implicações no direcionamento temático de cada edição: no período que antecedeu os jogos, a redação paulista se concentrou no levantamento do perfil dos atletas e de informações sobre as modalidades esportivas envolvidas; enquanto a redação fluminense se concentrou na infra-estrutura do evento.

A versatilidade e relativa simplicidade da tecnologia de transmissão radiofônica explicam porque a Rádio Eldorado, que começou seu planejamento de cobertura também com seis meses de antecedência, pretende cobrir os jogos Panamericanos com uma equipe de apenas quatro pessoas. O número reduzido de profissionais será compensada, segundo o editor de esportes da emissora, pelo conhecimento resultante da longa tradição da emissora na cobertura de eventos esportivos de grande porte.. Segundo Ari Pereira Júnior, “existe uma planilha de cobertura, um plano que inclui todo o trabalho pré-Pan, com gravação de boletins e programas exclusivos dedicados aos jogos. Além disso, essa planilha prevê, para a cobertura durante a realização dos jogos, possibilidades de flashes a vivo, com resultados das competições, principalmente de esportes coletivos. Planeja-se um estúdio com os apresentadores dos programas transmitindo diretamente do Rio de Janeiro, repórteres, operador de som, para que todo o material informativo seja gerado do local de competição” (citado por Tamassia et al., 2007: 51).

No portal de internet Universo On Line (UOL) a preparação começou um ano antes dos jogos. Onze profissionais estão credenciados para fazer a cobertura, que deverá ser marcada por um tom mais crítico e de denúncia sobre a má gestão dos recursos destinados ao evento, às falhas de infra-estrutura no Rio de Janeiro e o descumprimento de cláusulas contratuais assinadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro no momento de definição da sede dos jogos.

Cada veículo deve considerar ainda as especificidades do suporte e as possibilidades de diálogo entre mídias – facilitado não só pela convergência tecnológica, mas também pela estrutura de propriedade -, no seu processo de planejamento: na televisão, destacam-se imediatismo e força da imagem; na Internet, a multimídia enriquece e complexifica o planejamento; o impresso precisa compensar a falta de imediatismo com uma abordagem mais qualitativa do evento, explorando outros aspectos para além das competições e conquista de medalhas, por exemplo; e o rádio deve explorar facilidades tecnológicas para incrementar a diversidade de fontes e de informações/enquadramento.

A constituição da rede noticiosa

Para Tuchman (1978.), a distribuição da rede noticiosa é fundamental no processo de construção da notícia, porque define os diferentes papéis e lugares de cada um dos agentes nela envolvidos. Importante ressaltar, ainda, que a constituição da rede e a definição destes papéis e lugares dão-se em estrita consonância com a linha editorial do veículo. Daí poder-se dizer que o conhecimento da rede pode indicar o enquadramento e posicionamento ideológico de um veículo frente a um determinado acontecimento.

Molotch e Lester (citados por Traquina, 2001) destacam, na constituição da rede, três categorias de agentes envolvidos e posicionados de maneira diferente perante a organização do trabalho de produção jornalística: promotores, organizadores e consumidores de notícias. Entre os promotores, os autores trabalham ainda com uma distinção entre o executor, que faz o acontecimento e dele participa ativamente, e o informador, que tem o papel de informar os mídias sobre a existência do acontecimento.

No caso em análise neste texto, destacam-se na constituição da rede noticiosa os promotores primários de notícias, o CoRio e sua assessoria de imprensa, e os organizadores - os vários veículos

jornalísticos brasileiros que deverão participar da cobertura do jogos Panamericanos. O papel determinante desse promotor primário na rede evidencia-se quando se considera que é o Comitê organizador quem define as condições de cobertura dos Jogos, através não só da estrutura dos Centros de Transmissão e Imprensa, mas principalmente do controle de credenciamento dos profissionais que deverão participar da cobertura do evento, além de constituir-se em fonte oficial do evento, por excelência.

Outro aspecto que ressalta a dupla condição de promotor – tanto como executor quanto como informador - do Comitê organizador dos jogos é a produção e publicação do Guia de Imprensa do PAN, um manual de consulta que será entregue a cada jornalista credenciado com todas as informações necessárias para cobrir o evento: agenda e localização das competições, infra-estrutura tecnológica disponibilizada nos centros de mídia, esquema de transporte, segurança e hospedagem dos atletas; informações sobre o histórico e o processo de organização dessa edição dos jogos, dentre outras.

Traquina (idem: 69) ressalta que “a extensão da rede noticiosa leva à concentração dos recursos da empresa jornalística num número relativamente pequeno de agentes cuja posição em certas organizações ou instituições particulares valoriza máximo a informação que recebem”. Assim é que o editor de esportes da Rádio Eldorado, por exemplo, explica que o número reduzido de profissionais não deverá comprometer a qualidade e o potencial de cobertura da emissora, uma vez que, por sua tradição jornalística, tem facilidade de acesso a fontes institucionais. Da mesma maneira, todos os outros veículos considerados neste texto apontam para a prioridade das fontes institucionais no seu planejamento de cobertura pelo fato de serem elas a aglutinar os critérios de autoridade, produtividade e credibilidade, criando aquilo a que Tuchman (1978) denomina de rotina do esperado.

A preparação dos profissionais:

Um outro fator determinante na construção da noticiabilidade dos acontecimentos diz respeito ao repertório de conhecimentos de que os profissionais jornalistas lançam mão no desempenho de suas atividades. Como evidenciam Ericson, Baranek e Chan, citados por Traquina (2001: 83-84), o desempenho competente do trabalho jornalístico implica a aquisição de três saberes: o *saber de reconhecimento*, relativo à capacidade do profissional de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor-notícia; o *saber de procedimento*, que, relacionado aos conhecimentos que orientam o processo de elaboração da notícia em todas as suas fases e operações necessárias, implica não só a competência para identificação e apuração dos dados e fatos considerados relevantes - tanto social quanto jornalisticamente -, mas também o conhecimento das regras acerca das relações com as fontes; sobretudo aquelas que dizem respeito à institucionalização que marca essa relação; e o *saber de narração*, o qual consiste na capacidade de mobilizar a linguagem jornalística na construção de uma narrativa coerente e convencionalizada de tal modo que possibilite a imediata compreensão e tipificação do acontecimento por parte da audiência.

Vale ressaltar que tais saberes são construídos cotidianamente na própria atividade jornalística e têm como condição fundamental um processo constante de preparação e aprimoramento do profissional. Em empresas jornalísticas de grande porte e com maior disponibilidade de recursos financeiros, esse aprimoramento não é restrito à iniciativa do profissional, mas resulta, muitas vezes, de investimentos da própria organização. Assim é que emissoras, como a rede Globo, por exemplo, investem em cursos preparatórios para seus repórteres, como aconteceu na Cobertura da Copa do Mundo de 2006, quando os repórteres da emissora escalados para cobrir o evento tiveram cursos prévios do idioma alemão, de história da Alemanha e até de filosofia.

A preparação do profissional relaciona-se ainda com o enquadramento temático definido pela organização para orientar a cobertura do evento. No caso da Rede Globo, como a emissora optou por uma linha editorial que construísse a idéia dos jogos Panamericanos como sendo de todo o País – geralmente faz-se uma associação do evento com a sua cidade-sede, como o PAN de Santo Domingo, realizado naquela cidade da República Dominicana, em 2003 –, o processo de preparação para a cobertura envolveu até mesmo estudos sobre a diversidade cultural brasileira.

Mas, na maioria das organizações jornalísticas, essa preparação é iniciativa do profissional e se faz de maneira informal e decorrente da própria vivência na cobertura setorizada: o acesso a outros veículos de informação, a pesquisa constante e o contato com outros colegas e mesmo com as fontes, foram os mecanismos de preparação apontados pela maioria dos representantes dos veículos analisados.

O Planejamento de cobertura e a instituição da Comunidade Interpretativa:

Todas as discussões sobre o planejamento de cobertura até aqui trabalhadas apontam para a possibilidade de se pensar este procedimento na perspectiva da comunidade interpretativa, discutida por Barbie Zelizer (2000), e seu papel na construção da notícia.

Ao considerar a importância do discurso jornalístico na definição do papel dos profissionais; da rede de contatos informais que estabelecem entre si e do ato de contar histórias (papel central da narrativa) na composição de uma análise alternativa da prática jornalística, a autora propõe que se considere o jornalismo não só como profissão, mas como “uma comunidade interpretativa, unida pelo seu discurso partilhado e pelas interpretações coletivas de acontecimentos públicos relevantes” (Zelizer, 2000: 33).

Para a autora, o enquadramento do jornalismo como uma profissão, no sentido que lhe é atribuído pela sociologia clássica, se, por um lado, significou uma orientação ideológica fundamental para a instituição uma autoridade profissional e para o estabelecimento de determinadas abordagens no trato à notícia – objetividade, neutralidade, equilíbrio, dentre outras –, por outro, tornou obscurecidas diversas outras dimensões da prática jornalística tais como a *construção da realidade*, a *rede informal* de contatos, as práticas de *narração e de contar histórias* e as especificidades dos *aparatos de profissionalismo* jornalístico.

No que diz respeito às construções de realidade, Zelizer (idem) destaca que este aspecto do trabalho jornalístico é raramente admitido pelos jornalistas que usam o “profissionalismo objetivado” para ocultar a dimensão construtiva de suas atividades. Quanto à rede informal, os jornalistas se organizam como coletividade privilegiando a interação horizontal e a autoridade colegial - em detrimento à interação vertical e à autoridade hierárquica, respectivamente - e outras formas de assimilação de regras e fronteiras pelas quais adquirem um sentimento de propriedade que lhes permite saber se as suas ações são adequadas.

Já as práticas de narração e de contar histórias envolvem questões relevantes para a centralidade da estrutura narrativa, como o fato de os jornalistas atribuírem a si próprios o poder de interpretação; a adoção de certos tipos privilegiados de narração pelas organizações noticiosas; e a neutralização de outras descrições do mesmo acontecimento. Por fim, “a repetição de um mesmo esquema narrativo nas notícias pode ter tanto a ver com a coesão entre os jornalistas quanto com a compreensão das audiências ou com o reforço da mensagem” (idem: 36).

As especificidades dos aparatos de profissionalismo se relacionam com a tendência dos jornalistas a menosprezar os recursos clássicos de aprendizagem, formação e licenciamento profissional, assim como os códigos deontológicos, privilegiando uma aprendizagem que combina osmose e fato consumado e uma rejeição sistemática da autorização de procedimentos. Além disso,

preferem as credenciais emitidas pelo departamento policial (no caso brasileiro, pelo Ministério do Trabalho) que funcionam como “um cartão de crédito social”.

Zelizer (ibidem) considera o discurso dos jornalistas sobre eventos-chave na história do jornalismo e na sua própria atuação como forma de compreensão do passado comum pelo qual os profissionais atribuem sentido à sua ação e se unem como grupo. Destaca, então, o discurso não só como construção do sentido dos acontecimentos e da prática jornalística, mas como forma de assimilação desta prática. Nesta perspectiva, os jornalistas se unem, como comunidade interpretativa, pelas interpretações coletivas de determinados acontecimentos-chave. “Os jornalistas unem-se criando estórias sobre o seu passado que regularmente e informalmente fazem circular entre si – estórias que possuem certas construções da realidade, certos tipos de narrativas e certas definições daquilo que é considerada prática adequada” (ibidem: 39).

Decorre daí, portanto que os jornalistas consolidam-se como comunidade interpretativa quando discutem o seu trabalho cotidiano, criando assim os padrões de comportamento que orientam o fazer jornalístico. Ao analisar a dupla dimensão temporal que caracteriza as interpretações narrativizadas operadas no/pelo jornalismo – o que chama de modo local e modo durativo de interpretação³ -, a autora aponta para o estabelecimento de parâmetros de ação que orientarão o fazer jornalístico, integrando atividades e profissionais na construção do acontecimento e, de resto, da própria realidade social. Conclui-se, então, que o planejamento de cobertura constitui-se num momento privilegiado deste processo.

Referências bibliográficas

- Tamassia, C., Sampaio, F., Carvalho, H. e Souza, T. (2007). *Maratona da Imprensa – A mídia por trás do Pan – Relatório de Trabalho de Graduação Interdisciplinar*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C. e Santos, R. (2001). *O Jornalismo Português em Análise de Caso*, Lisboa: editorial Caminho.
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque: The Free Press.
- Zelizer, Barbie (2000). ‘Os Jornalistas enquanto comunidade interpretativa’, *Revista de Comunicação e Linguagens: Jornalismo 2000*, Lisboa: Relógio D’Água editores, 33-61.

Cicélia Pincer Batista Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pela Universidade Federal da Bahia, Cicélia Pincer Batista é docente do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde integra o grupo de pesquisa Jornalismo e Estudos da Mídia, do qual também é vice-líder.

³ Segundo a autora, no modo local de interpretação os jornalistas discutem a relevância de determinado acontecimento a partir de um ponto de vista específico e particular, cuja autoridade deriva da presença nos acontecimentos, de acordo com a ideologia da autenticidade da testemunha ocular. Já no modo durativo: os jornalistas avaliam os acontecimentos ocorridos antes de sua incorporação ao discurso para estabelecerem um tipo de autoridade cultural que lhes permite compensar o fato de não estarem lá, além de gerar um continuum de trabalho jornalístico em relação ao qual podem se situar. Cf. Zelizer, 2000: 40-52.